

# SUMÁRIO

---

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Capítulo 1 – Considerações Sobre o Acesso à Justiça</b> .....	17
1.1 A obediência às ordens judiciais como corolário do acesso à justiça .....	25
<b>Capítulo 2 – A Importância da Utilização dos Métodos Coercitivos para Garantia da Existência do Estado Democrático de Direito</b> .....	29
<b>Capítulo 3 – A Interpretação Constitucional</b> .....	41
3.1 Métodos de interpretação constitucional .....	49
3.1.1 Método jurídico ou hermenêutico clássico .....	51
3.1.2 Método tópico problemático .....	51
3.1.3 Método hermenêutico concretizador .....	54
3.1.4 Método integrativo ou científico-espiritual .....	59
3.1.5 Método normativo-estruturante .....	62
3.2 Princípios da Interpretação Constitucional .....	63
3.2.1 Princípio da unidade da Constituição .....	65
3.2.2 Princípio da concordância prática ou da harmonização .....	67
3.2.3 Princípio da correção funcional .....	70
3.2.4 Princípio da eficácia integradora .....	71
3.2.5 Princípio da força normativa .....	72
3.2.6 Princípio da máxima efetividade .....	74
3.2.7 Princípio da interpretação conforme a Constituição .....	74
3.2.8 Princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade .....	75
<b>Capítulo 4 – A Restrição da Liberdade em Decorrência do Descumprimento de Decisão Judicial como Garantia do Acesso à Ordem Jurídica Justa Sob o enfoque Constitucional</b> .....	79

<b>Capítulo 5 – A Natureza Jurídica da “Prisão” Instituída pela Lei 11.340/06</b> ....	99
<b>Considerações Finais</b> .....	105
<b>Referências</b> .....	109
<b>Anexo I – Projeto de Lei do Senado 132/04</b> .....	115
<b>Índice Alfabético</b> .....	125